



G OFFMAN, O FACEBOOK E OS RITUAIS DE INTERAÇÃO MEDIADOS POR COMPUTADOR: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO

MANUELA VIEIRA BLANC*

Resumo: Este trabalho propõe-se a analisar o ambiente "virtual" em analogia às interações em lugares públicos, sendo destacados os processos de apropriação estabelecidos por parte de seus usuários na definição das situações experimentadas no ambiente da rede social. O Facebook oferece aos seus usuários uma situação de copresença mediada por computador com suas redes de contato pessoais (diretas, indiretas ou em potencial). Visa-se a analisar o software social enquanto quadro da experiência, refletindo sobre os modos como as situações vivenciadas nesse espaço público de socição são definidas por seus usuários comuns. Avaliando a rede social, observa-se que os usos e os modos de conduta que pressupõe remetem a agenciamentos atravessados pelo pressuposto da proximidade intersubjetiva entre os envolvidos, inferindo na circulação como forma de exposição e construção de reputações públicas dos seus usuários. Dessa forma os Perfis são estabelecidos como conceitos de si, construções dinâmicas e interativas que tendem a se constituir como *eus* especiais potencialmente totalizadores (ao menos no âmbito da rede social).

Palavras-chave: Redes sociais. Espaço público. Pessoaalidade. Discriminação mútua.

Goffman, Facebook and the rituals of computer-mediated interaction: reflections on the process of situation assessment

Abstract: This study proposes to analyze the "virtual" environment in analogy to the interactions in public places, highlighting the appropriation processes established by its users in the definition of the situations experienced in the social network environment. Facebook offers its users a situation of computer-mediated co-presence with their personal contact networks (direct, indirect or potential). The aim is to analyze the social software as a frame for the experience, reflecting on the ways in which the situations experienced in this public sociation space are defined by its common users. Evaluating the social network, it is observed that the uses and modes of conduct that it presupposes refer to agencies crossed by the assumption of intersubjective proximity between those involved, inferring in the circulation as a form of exposure and building public reputations of its users. In this way, Profiles are established as concepts of themselves, dynamic and interactive constructions that tend to constitute themselves as potentially totalizing special selves (at least within the scope of the social network).

Keywords: Social networks. Public spaces. Personhood. Mutual discrimination.

* Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) com doutorado sanduíche pela Université de Paris X Ouest-La Defense. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: manuela.blanc@ufes.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apreender o *Facebook* como um espaço público de interação, analisando os processos de interação estabelecidos entre seus usuários a partir da teoria dos quadros, de Erving Goffman (2012). Parte-se de reflexões sobre os comportamentos em lugares públicos marcados pela pessoalidade e para os processos de construção de reputações públicas que lhes dizem respeito como forma de apreensão dos posicionamentos estabelecidos e para a construção da experiência de navegação na comunidade “virtual”.

Pretende-se demonstrar como a rede social se constitui como um espaço público, mas cujo enquadramento parte da promoção de relações próximas. Assim, é potencialmente percebido por seus usuários como relativamente privado, culminando na construção de um quadro de interação marcado pela pessoalidade como um referencial aos posicionamentos, ou pela *proeminência de uma cultura subjetiva*¹. Por outro lado, se a pessoalidade se reverte em uma tendência à discriminação como modo de conduta pública (BLANC, 2013), a exibição dos posicionamentos, potencializada pela Rede digital, incide sobre a construção de conceitos de si adequados a uma multiplexidade de situações, e por isso agregados como um todo unívoco: os *Perfis* como reputações públicas.

A rede social se constitui como um espaço público de copresença e circulação (GOFFMAN, 2010), mas cujos encontros são mediados por computador. É possível, deste modo, aos atores exercitar representações de si em um ambiente no qual a inserção depende do estabelecimento de relações diretas entre atores individuais, através da “adição de amigos”.

A forma de inserção nesse contexto de interação pressupõe a construção de uma rede de contatos pessoal e de uma *fachada*² que parte de informações voluntariamente fornecidas (podendo apresentar diferentes níveis de detalhamento) para se constituir através de indícios fornecidos pelos posicionamentos assumidos reciprocamente e tornados públicos no interior da dinâmica interativa. Entre os agenciamentos supostamente situados e o deslocamento espaço-temporal característico a esse contexto de interação mais amplo, são produzidas imagens públicas dos atores em copresença, mais ou menos acessíveis a qualquer usuário da rede de acordo com as configurações de privacidade administrada por cada usuário especificamente. Observa-se que a definição das situações pelos seus usuários parte de uma percepção desse *outro generalizado* como uma comunidade dada por proximidade e conhecimento mútuo³, seguindo uma lógica interacional similar àquela experimentada em espaços marcados pela pessoalidade (BLANC, 2017b), por mais que a rede social possa servir como ferramenta para a expansão dos contatos dos *eus* usuários, como espaço comercial ou de autopromoção profissional.

Início por destacar as características instrumentais do *site* de relacionamentos selecionado para a análise como ferramenta de estabelecimento de contatos e assunção de posicionamentos. A rede social, os perfis daqueles que dela fazem parte e os diferentes grupos a partir dos quais os membros de uma dada rede de relações podem ser categorizados e se constituem superficialmente como espaços públicos, semipúblicos e privados de copresença, nos termos de Goffman (2010). Mais do que as configurações de privacidade disponíveis, as representações construídas em torno delas (variáveis quanto aos níveis de esclarecimento prático sobre o *software* social) incidem sobre a definição das situações e, portanto, os modos de agir dos seus usuários.

Ao mesmo tempo, assim como em qualquer outro espaço público de sociabilidade, não cabe aos atores individualmente a delimitação do conjunto de membros em relação. Por mais que *amigos, colegas e conhecidos*⁴ devam ser adicionados para que façam parte de uma rede pessoal (passando a acessar em seus próprios *murais* as postagens ou tendo acesso aos *perfis* uns dos outros – de acordo com as classificações de acesso que todos individualmente podem vir a realizar), através da interação os próprios usuários se expõem entre si e para os demais membros das suas redes e, conseqüentemente, da *Rede*, ampla e irrestrita, que compõe a rede social. Exceto

ao trocar mensagens *inbox* com usuários ou grupos específicos, não há garantia de privacidade absoluta, as próprias mensagens privadas podendo ser *printadas*⁵ e postadas pelos seus receptores em suas páginas pessoais, tornando-se provas documentais contra o seu emissor.

Essa realidade digital se constitui, portanto, como um intercâmbio ilimitado de informações, fornecendo aos seus usuários ferramentas de configuração de privacidade pautadas menos no controle sobre o conteúdo produzido do que a sua suposta administração.

As redes sociais oferecem contextos de copresença capazes de subverter a relação espaço-temporal típica às relações face a face⁶, potencializando os efeitos dos comportamentos individuais, em analogia aos espaços públicos de socialização marcados pela pessoalidade como modalidade de conduta no espaço público⁷. Estes são ambientes de experimentação de relações multiplex por essência, bastando aos atores a inserção na situação para que passem a estabelecer suas relações em um conjunto de papéis que influenciam seu desempenho em outros papéis, assumindo um caráter *multiplex* (assim como o definido por GLUCKMAN, 1986). Neste mesmo processo a suposta *virtualidade* dos contatos via internet é contrariada pela *realidade* dos contatos que possibilita, pela forma social que propiciam e alimentam: é o virtual produzindo os efeitos, assim como destaca Pierre Lévy (1996).

O “exibicionismo” é um elemento recorrente em debates sobre o *Facebook*, e criticado por Sibilia (2008) como efeito de uma exacerbada necessidade de exposição pessoal, que seria característica da sociedade contemporânea: um “imperativo de visibilidade”, destacando a necessidade de ser “visto” como uma condição de existência no ciberespaço. Por outro lado, há quem destaque o potencial empoderador dado pela possibilidade de uma construção contínua de si. Essa continuidade foi percebida como um processo recorrente de construção e expressão de identidade pelos atores no ciberespaço, funcionando como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público (vide DORING apud RECUERO, 2009).

Independente do grau de conhecimento real que os usuários da página possam apresentar quanto ao seu funcionamento, conferir destaque aos recursos instrumentais do *site* nos ajuda a entender os elementos fornecidos aos seus usuários em favor da sua avaliação da situação.

Se a ausência de controle sobre a divulgação de informações pessoais ou dos efeitos desse processo marcam a definição das situações passíveis de serem vivenciadas pelos atores no ambiente da rede social, o modo de vida personalizado lhe é análogo. Seja através do conselho de terceiros ou por experiência, o usuário do *Facebook* é levado a perceber que os efeitos das suas ações são potencializados na rede. As falas são mais perenes, o seu alcance é relativamente imprevisível. O processo de emissão da mensagem parte de uma delimitação parcial do seu conjunto de receptores (em tese, a rede pessoal de contatos) mas, mesmo quando tais definições são exercitadas, a sua correspondência prática é limitada, senão ilusória, em uma condição típica de alienação da interação⁸. Se apenas os *amigos de Facebook*⁹, senão os usuários ativos na rede social¹⁰, são percebidos como os atores em copresença em dada situação, o tempo e a experiência mostrarão ao usuário que não há limites para o que disponibiliza na Rede e que, uma vez publicada, uma postagem torna-se de domínio público, senão por escolha do seu emissor, através das reações de seus receptores.

Demonstrei anteriormente (BLANC, 2017a; 2017b) como o modo de conduta típico em um espaço público marcado pela proeminência da pessoalidade envolve a circulação como forma de exposição pública e construção de notoriedades compartilhadas, os comportamentos caracterizando-se ao mesmo tempo como mantenedores e potencializadores de cadeias de reputação públicas capazes de atravessar diferentes contextos de socialização. As próprias situações são definidas, nesse contexto, com base em referenciais que lhes são exteriores, sendo marcadas por um alto grau de pessoalidade e pelo intercruzamento entre os papéis sociais exercitados pelos atores em copresença. Caracterizados pela transposição entre situações sociais, a atuação nesses contextos dota seus partícipes da competência necessária para lidar com toda situação como se fosse a mesma. Esses são levados a compreender que um ato situado os situa para além do contexto face a face e que as ausências físicas sempre podem ser compensadas pelas redes de circulação das informações, a pessoalidade se apresentando como um recurso aos agenciamentos e uma competência social valorizada (BLANC, 2017b).

Com base nas mesmas percepções conjunturais se delimitam as redes de contatos pessoais entre os usuários do *Facebook*, a reflexão quanto ao caráter público dos posicionamentos

assumidos incidindo sobre os agenciamentos. Por outro lado, a simples inserção na situação coloca os seus usuários em uma condição potencial de *alienação da interação*, dada pelas características da Rede e pela indefinição dos atores em copresença ou em circulação, característica aos espaços públicos de interação e potencializadas em um contexto de interação mediado por computador.

A netnografia é o método a partir do qual essa análise se desenvolve. Transposição ao contexto mediado pelas interfaces digitais das formas de pesquisa face a face, tal método interpretativo e investigativo para o comportamento cultural e de comunidades *on-line* (KOZINETS, 2002) foi aqui aplicado em função da observação de inspiração etnográfica do transcurso das interações estabelecidas na rede social selecionada. Tem-se como delimitação, portanto, a rede de relações estabelecida pessoalmente pela própria pesquisadora como núcleo no interior da Rede Social mais ampla. Partindo de uma observação do familiar (VELHO, 1980), da reflexão sobre as experiências vivenciadas e de relatos informalmente obtidos entre usuários e não usuários da rede social, as sugestões interpretativas aqui oferecidas contam ainda com a análise dos processos interativos observados no contexto digitalmente mediado.

TEIAS DE RELAÇÕES E SIGNIFICADOS: A VIRTUALIDADE E A REALIDADE DO “VIRTUAL”

A forma como se organizam as redes de relações no *Facebook* e as formas de interação possibilitadas por suas ferramentas inferem sobre o alcance das *publicações* e a exposição de seus usuários, incidindo finalmente sobre a definição das situações por parte deles. O acesso à rede social é dado pelo cadastro do usuário, o que pressupõe a formulação de um *perfil* que, na versão atual do *site*, culmina com a criação de uma *linha do tempo*, um *mural* e um *feed de notícias*.

O *perfil* é a conta do usuário, mas ao mesmo tempo o cabeçalho da sua *página de rosto*. Ter um cadastro na rede e acessar as informações nela contidas implica em exibir esse cadastro e as informações básicas que contém. Esse cadastro é o cartão de acesso a um mundo social, ele mesmo parte e possuidor de um livro de rostos pessoal representado pela coleção de *amigos* de seu criador: o conjunto de perfis ao qual está diretamente *conectado*. O seu suposto dono nada mais é do que o fundador da página pessoal, aquele que a lança, seja com base em suas informações ou no *eu especial* (GOFFMAN, 2001) que ali pretende exercitar. Nada impede o usuário de estabelecer um cadastro *fake*, mas tal escolha pode incidir diretamente na sua inserção na rede, dado interferir nas conexões que irá estabelecer com demais usuários.

É importante destacar que neste contexto o potencial de *mobilidade*¹¹ dos atores reflete a amplitude das suas conexões e que o potencial de estabelecimento de conexões está dado pela capacidade do perfil de um usuário em apresentar determinados referenciais de veracidade e correspondência com um posicionamento “adequado”. Neste sentido, perfis *fake*¹² construídos com objetivos preestabelecidos, como a inserção em um grupo organizado em torno de práticas desviantes – e que, portanto, admitem estratégias de manipulação das identidades individuais –, são efetivados por operacionalizar formas de inserção em redes de relações restritas. Assim também funcionam perfis institucionais, páginas comerciais ou perfis de personagens, que atraem contatos segundo interesses compartilhados.

Por outro lado, caso o usuário deseje estabelecer contato com pessoas conhecidas, deve se fazer reconhecer através do seu perfil. Usuários de perfis muito diferentes entre os seus interlocutores mencionam as suas restrições quanto a *adicionar* pessoas desconhecidas ou com as quais estabelecem um contato apenas superficial. De uma forma geral, os usuários ordinários tendem a desconfiar de perfis *fake* e rejeitar convites para a amizade de possíveis impostores, contrariando desta forma o afirmado por Felinto quanto ao fato de que *no mundo virtual a identidade passa a ser fruto de um processo de construção intencional* (2002, p. 22). Sem entrar no mérito dessa possibilidade, é evidenciado o imperativo de uma coerência ao menos superficial entre a identidade individual socialmente reconhecida e aquela assumida na Rede como critério ao estabelecimento de conexões.

A *linha do tempo* é a página de exibição de um perfil para os outros, as ações e inter-relações assumidas publicamente, tratando-se, portanto, de um perfil interativo e, finalmente, a forma como o perfil inicialmente montado pelo usuário aparecerá aos seus contatos: mais do que um conjunto de informações voluntariamente fornecidas, um histórico de interações ativas ou passivas¹³ e que, muitas vezes, independem a sua vontade. Na linha do tempo é documentada em

trajetória uma *carreira moral*¹⁴: são exibidos os eventos significativos a dado perfil segundo uma ordem cronológica regressiva. Segundo as configurações de privacidade do *site*, o conteúdo exibido na linha do tempo pode ser editado segundo as escolhas do usuário quanto ao alcance de suas postagens e de acordo com as classificações dos membros de sua rede direta, exceto no que diz respeito às informações públicas por excelência.

A classificação das postagens entre públicas ou restritas (com diferentes gradações possíveis quanto à restrição) fica a cargo do dono do perfil, mas as suas informações de conta e os eventos cotidianos (imagem de perfil ou linha do tempo, mudança de status, adição de amigos, etc.) são automaticamente disponibilizados para um público que, ao interagir com tais informações, as disponibiliza a um público mais amplo, e assim sucessivamente. O público delimitado pelo usuário, em sua avaliação da situação, é, portanto, apenas parte de um público cuja delimitação lhe escapa absolutamente, dado o caráter da rede social. Um perfil público¹⁵ confere a qualquer usuário da Rede um acesso ilimitado às postagens e interações de um usuário. Um perfil categorizado em termos de postagens ou pela classificação dos contatos aparecerá aos demais usuários como linhas do tempo mais ou menos acessíveis a cada um deles e, portanto, mais ou menos próximas à imagem que possui ao seu próprio fundador nesse contexto.

O *feed de notícias*, finalmente, é uma espécie de caixa de entrada da conta do usuário, onde estão listadas em miscelânea as movimentações de conta de todos os seus contatos, juntamente com as suas próprias postagens, sugestões de página e propagandas. Aos desavisados, o feed de notícias aparenta ser o contexto de interação propriamente dito, identificando os atores presentes na situação, situando-os através dos seus posicionamentos, oferecendo àquele que está na frente da tela alguns referenciais para a ação. É a principal referência que o usuário comum¹⁶ recebe, cotidianamente, em favor da sua *avaliação da situação*¹⁷.

Porém, os *feeds* de notícias mostram quem se faz ver, mas iludem quanto à atenção de quem apenas observa, manipulam a consciência da presença, exigindo dos atores competências para agir que não estão evidenciadas no contexto imediato. Estarão presentes na tela aqueles que se posicionaram publicamente mais recentemente e cujas atividades são destacadas para um usuário especificamente, mas essa aparência aliena os usuários com relação à lógica por trás do destacamento de postagens e atividades¹⁸.

Compete ainda para definição das situações pelos atores em copresença (mediada por computador) o fato da rede social subverter os referenciais espaço-temporais com base nos quais se estabelecem as suas relações face a face imediatas¹⁹, tornando as diferentes formas e gradações com que seus usuários são (ou sentem-se) expostos publicamente apenas um dos aspectos elementares a constituição deste espaço público de socialização. As relações recíprocas são estabelecidas em caráter atemporal.

Por mais que a dinâmica da página tenda a conferir destaque às publicações mais recentes, a própria atualidade da postagem é revitalizada de acordo com as intervenções que futuramente podem vir a sofrer. As publicações se autonomizam com relação aos seus emissores e, mesmo que estes a excluam, seus rastros são deixados na *web*.

Assim como o destacado anteriormente, é possível classificar os membros de uma rede direta de contatos²⁰, categorizando-os de forma a direcionar postagens, seja ao público em geral (membros ou não da rede de um determinado usuário), seja para grupos específicos de pessoas. No limite, o *Facebook* permite aos seus usuários bloquear outros perfis ou impossibilitar formas públicas de interação (como *comentários*, *curtidas* ou *compartilhamento* de postagens). Ao mesmo tempo, tal empreitada exige ações direcionadas e realizadas caso a caso, desde a busca do perfil que se deseja bloquear até a operação do bloqueio e escolha do tipo de bloqueio.

Diante de tais condições, do ponto de vista da atividade de avaliação das situações em que são inseridos, os atores em copresença em uma rede social têm uma vaga e irreal ideia de quais são os seus interlocutores, ideia essa baseada em um grupo potencialmente extenso de pessoas que compõem a sua rede, ou sub-redes. Caso ele se pautar nos usuários que mais se posicionam ou interagem com ele, estará desconsiderando todos os demais possíveis *voyeurs* atentos do outro lado da tela. Mas, mesmo que leve em consideração todas as possibilidades dadas entre o seu grupo de amigos no *Facebook*, faltaria ainda relevar todos aqueles que indireta e potencialmente têm acesso às suas informações, através desses contatos e no interior da Rede social.

Por fim, o usuário tem controle relativo sobre as informações divulgadas voluntariamente no cadastro do seu perfil e apenas parcialmente quanto às postagens que são realizadas em sua página.

Uma vez que um usuário interage publicamente com um dos membros de sua rede, a postagem que foi veículo à interação passa a ser divulgada na sua própria linha do tempo, seguindo a classificação de privacidade que lhe foi dada, bem como na dos membros da sua própria rede, e assim sucessivamente. Ao *curtir* a publicação de outrem, esta passa a estar vinculada a página daquele que operou a ação, ou mesmo ser divulgada automaticamente por ele a todos aqueles que têm acesso irrestrito ao seu próprio *perfil*. E assim sucessivamente!

Algumas ferramentas são particularmente perigosas nesse sentido. Quando lançada a rede social, para compartilhar uma ideia de outrem o usuário teria que *copiá-la e colá-la* em seu *status*, para então publicá-la em sua *linha do tempo*. Nesta opção, a identificação do autor da postagem ficava a cargo do seu reprodutor. Após a criação da ferramenta compartilhar, não apenas o texto é reproduzido automaticamente, como segue contendo, necessariamente, a sua identificação de origem. O emissor original da mensagem não tem controle sobre esse processo, apesar de poder ser notificado sobre ele, ou mesmo questionado (caso assim configure o seu perfil) sobre a sua *marcação* nesta reedição da sua obra, mas a sua alternativa última é apagar a publicação original, o que não necessariamente garante a eliminação do seu conteúdo da web.

Se postar é se expor, compartilhar é expor terceiros, em uma exemplificação em nada sutil do efeito com que os posicionamentos são convertidos em formas maximizadas de exposição pública.

Assim como o demonstrado, a *rede* é formada através de processos de *adição*²¹ de *amigos*. Estas propiciam superficialmente o estabelecimento de um elo entre *perfis*, facilitando buscas e potencializando interações, dado envolverem um sistema de divulgação de postagens entre *conexões*. Por outro lado, a rede social se constitui como uma enciclopédia de volume único, todos os verbetes estando potencialmente conectados entre si a partir de vínculos mutáveis e passíveis de reorganização.

Como em um processo contínuo de construção de significados, ao fundar perfis, os atores inauguram um *conceito de si*: um *ponto de coincidência, de condensação ou de acumulação de seus próprios componentes* (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 31), que é produto dinâmico de um processo de conceituação reciprocamente estabelecido. Este é um empreendimento impulsionado pelos próprios termos que o compõem, mas que ao mesmo tempo se apropria destes em seu processo de autonomização. Tal heterogênese, já definida como uma *ordenação de [...] componentes por zonas de vizinhança* (ib., p. 32), é colocada em movimento desde os atos de *adicionar, excluir, bloquear* ou *stalkear*²², conferindo reciprocamente maior ou menor destaque uns aos outros, tencionando ou agregando significados. Esses *Perfis* não são produções individuais, mas construções interativas, não estão sob o controle do seu fundador, como o afirmado por Felinto (2002), dentre outros, são ao contrário uma construção pública e de um público que lhes escapa.

Os Perfis instauram *eus* especiais pautados em imagens compartilhadas sobre um eu que incide na construção de uma fachada que já não é objeto de manipulação dos atores individualmente, mas de todos os atores com os quais se relaciona diretamente. Esta se fundamenta em reputação pública e se destaca, neste contexto, dos *eus* totais de seus fundadores. A estes, como vimos, cabem excluir, caso assim o desejem, ou manter seus Perfis, participando do processo de definição de seus conceitos de si.

ENTRE LUGARES PÚBLICOS E SUAS APROPRIAÇÕES

Aprender como os atores se comportam em dada situação contribui para que se compreenda a forma como estas são definidas por eles. Aproprio-me de uma definição de lugares públicos como contextos de circulação marcados pela consciência da copresença, um espaço aberto ao acesso de um conjunto amplo e variável de atores (GOFFMAN, 2011). Estabelece-se como premissa que o caráter definidor de tais contextos os encarrega de uma aura impessoal, dado favorecer a pressuposição lógica de que os *eus especiais* dos sujeitos que o compõem estejam, nestas situações, pautados por um caráter genérico, despersonalizado.

Tais considerações sobre os modos de conduta “tipicamente” públicos são, por outro lado, abstrações lógicas que partem do pressuposto de que em contextos abertos e de circulação imperam o desconhecimento mútuo e, conseqüentemente, a indistinção e a impessoalidade. Deste modo, conclui-se, portanto, que os comportamentos em lugares públicos seriam caracterizados pela reserva como forma de deferência (SIMMEL, 1979), a desatenção pública sendo o modo de conduta que, marcado pela *consciência dos outros*, garante para si e para os demais certa autonomia dada pela respeitabilidade. A definição da situação, caso assim transcorra, é dada por uma forma de obrigação de envolvimento cuja gradação pressupõe o distanciamento, segundo os termos de Goffman (2011).

Destacou-se em Blanc (2017b) que esses elementos não definem os espaços públicos, por mais que possam referenciar os atores quanto a uma avaliação das situações nas quais deverão se inserir indexicalmente²³. Os espaços públicos se definem pela variabilidade, diversidade e circulação de atores, a individualidade da existência dos sujeitos em copresença não é a base para a sua constituição, portanto. Sujeitos genéricos constituem um espaço como público, independentemente de assim se perceberem entre si ou não.

O próprio conceito se estabelece por definição a um contexto cognitivo marcado pela coexistência de diferentes situações sociais ou ajuntamentos, estes especificamente sendo apreendidos como formas de sociação elementares (GOFFMAN, 2010). Os lugares públicos são definidos, portanto, pela diversidade de situações que podem abarcar e a complexidade com que são potencialmente redefinidas continuamente, justamente por se desenrolarem em “público”. O mesmo não implica necessariamente, portanto, na impossibilidade de que sejam apropriados em função do estabelecimento e manutenção de relações de proximidade e formas de monitoramento mútuo, assim como o demonstrado em Blanc (2017a).

Conferir destaque para a apreensão das formas de sociação em lugares públicos marcados pela proeminência de uma cultura subjetiva nos permite contribuir para a apreensão dos meandros por trás do estabelecimento de comportamentos nestes espaços e das diferentes apropriações das quais os contextos de sociação podem ser objeto.

Tais contextos se constituem como quadros diferenciados daqueles classicamente conceituados como definidores dos espaços públicos. O anonimato relativo com que é colocada em xeque a especificidade da experiência em lugares públicos por Velho e Machado da Silva (1977) é revertido em uma potencial notoriedade, dada pela discriminação mútua. Uma vez objeto de discriminação, esses atores superam seu caráter genérico como membros em interação, assumindo uma existência individualizada.

Se no *Facebook* as publicações se autonomizam de seus emissores, elas extravasam as situações sociais nas quais se desenrolaram, por outro lado, o conhecimento mútuo estabelecido entre os atores em copresença (pressuposto à inserção situação, ao menos segundo a proposta original da rede social) lhes garante uma vinculação discriminada com relação ao seu emissor inicial.

A especificidade das relações estabelecidas nesse contexto está dada pelo movimento das *Redes* que compõem: caracterizado pela potencialização das ações pelos efeitos que podem produzir para além das situações circunscritas. A lógica das interações envolve a solidificação dos núcleos que servem de vetor à sua expansão: as reputações dinamicamente construídas através dos Perfis.

O grau de notoriedade possivelmente alcançado por um perfil no *Facebook* por uma pessoa comum se relaciona com o conceito que é lançado a partir dele mesmo e este com a construção da reputação individual²⁴ (situada ou não) do usuário que o assume. A repercussão de tal estima pública é proporcional ao grau de exposição ao qual um dado Perfil é submetido, seja como reflexo das atividades do usuário, seja como consequência às reações dos membros diretos da rede desse usuário com relação ao seu comportamento. De todo modo, em se tratando de um processo social de discriminação mútua, de conhecimento, reconhecimento e valorização da individualidade, os comportamentos públicos são destacados no processo de inter-relação, assumindo maior centralidade de acordo com o grau de estima pública que adquirem.

A especificidade do espaço público estabelecido a partir do *Facebook* pode permitir aos seus usuários, portanto, experimentar uma forma de cultivo de si marcada pela superação do que Simmel (1979) previa se tratar de uma condição de irrelevância do ser, produto típico a tal suposta

impessoalidade cidadina. Devido ao fato de os comportamentos nos lugares públicos da *Rede* serem antes de tudo fenômenos de exposição pública, os usuários do *Facebook* experimentam a possibilidade de construção destas formas de notoriedade, bastando para isso movimentar seus perfis (ou exercitar esse seu “eu especial”), que seja para o público restrito dos seus contatos diretos.

Em ambos contextos, finalmente, a definição das situações varia desde o pressuposto da total privacidade (durante a troca de mensagens *in box* ou em encontros *ace a face* em ambientes privados), até a sensação de absoluta exposição pública, passando ainda pelas diferentes gradações entre maior ou menor nível de exposição. Apreendidas como *ambiente de possibilidades de monitoração mútua* [cuja duração extrapola o] *tempo em que dois ou mais indivíduos se encontrem na presença física imediata uns dos outros, e se estende por todo o território em que tal monitoração mútua é possível* (GOFFMAN, 2011, p. 159), tais situações sociais se caracterizam pela proeminência de formas de atenção em diferentes gradações quanto ao foco. Mas estes fenômenos adquirem um caráter suprassituacional, dado que a inserção dos atores nas situações não está pautada na definição das situações específicas nas quais interagem retamente uns com os outros, mas sim neste estatuto (ou eu) especial adquirido por reputação: o conceito de si publicamente reconhecido, os Perfis.

Se por virtual entende-se aquilo que não se realizou, mas é suscetível de realizar-se, destaca-se não apenas a realidade, ou realização, de tais “comunidades virtuais”, como a sua absoluta similitude com as interações vivenciadas *face a face*, tendo por diferencial, finalmente, o caráter mediado com que decorrem tais relações e os deslocamentos espaço-temporais que propiciam. Na atualidade essas não se tratam de uma potência, mas de uma realidade a cada dia mais central ao estabelecimento e manutenção de relações, assim como destacado por Pierre Lévy (1996).

EFEITOS SUPRASSITUACIONAIS DE ATITUDES SITUADAS EM CONTEXTOS MARCADOS PELA PROEMINÊNCIA DE UMA CULTURA SUBJETIVA

Verbetes cujo significado é *aquilo que se dá a entender, evitando dizer abertamente o que se pensa ou quer* (DICIONÁRIO ONLINE CALDAS AULETE, 2014), a *indireta* representa como categoria nativa entre meus interlocutores usuários do *Facebook* o caráter daquilo que é dito abertamente, mas cujo significado (ou destinatário) está subentendido. A definição de uma mensagem como uma indireta parte do pressuposto de que ela está dotada de um significado crítico mais ou menos implícito, seja no que se refere ao seu conteúdo ou ao seu direcionamento. Há uma *carapuça a ser vestida*²⁵ por alguém, receptor/alvo esse percebido como aquele capaz de subentender a mensagem (quando não dita com clareza) ou assumir para si o destino desta. A plena compreensão do significado aparente submerso naquilo que foi dito depende de informações complementares, o que não impede àqueles que a receptaram de supor a sua compreensão, o que torna a indireta um construto dinâmico e acessível como representação.

Destaco que a indireta só assume este caráter a partir de e graças à percepção dos atores que receptam a mensagem. Os seus efeitos, portanto, são consequência desse processo de significação, dele dependem e sem ele deixam de fazer sentido. Aquele que a intercepta a ressignifica, possivelmente tornando-a uma referência para o redirecionamento da sua própria ação (e mesmo sem *vestir a carapuça*). Esse processo, portanto, remete a referências exteriores à situação ou ao próprio ato.

Uma vez deslocada de referências não verbais, bem como proferida para um público tão abrangente quanto os usuários de uma rede social, essa forma de interação é capaz de produzir efeitos e reações tão diversos quanto às possibilidades de interpretação que incita. Interpretações estas tão variantes, por sua vez, quanto os *estoques de conhecimento compartilhados* (SCHUTZ, 1979) por todos os possíveis atingidos por ela com relação às suas ações ou à sua relação com o emissor da mensagem.

Ao mesmo tempo em que as indiretas são a demonstração empírica da centralidade dos processos sociais de construção de significados para a compreensão das formas de sociação, documentam no contexto da rede social analisada o caráter pessoal com que são definidas as relações que nela decorrem. As indiretas são construtos que brotam no processo de sociação como evidências do mútuo monitoramento e do seu caráter suprassituacional.

Observou-se que em contextos de proeminência de uma cultura subjetiva (ou pessoalidade) o ato de remeter-se a pessoas cuja presença é apenas simbólica é parte do repertório da vida cotidiana (BLANC, 2017a). Dado o amplo conhecimento recíproco, tais efeitos são ampliados. Tem-se notícia de acontecimentos, conflitos ou boatos transcorridos entre pessoas, repertório este que incide sobre a construção social das representações quanto às “indiretas”. Remeter mensagens ditas a situações das quais se ouviu falar, buscar significados ocultos e reagir a eles, bem como comentar sobre tais desconfianças com demais conhecidos, receptores diretos ou não da mensagem, são procedimentos inerentes ao processo de produção e repercussão da indireta, mas que viram sua atenção sobre o possível receptor/alvo.

Quando ela ocorre em um espaço de sociação mediado por computador, como no caso do *Facebook*, esses efeitos podem ecoar indefinidamente, atingindo um amplo número de pessoas em diferentes momentos e por diferentes razões. A definição do seu alvo, portanto, perde importância diante de todos os possíveis alvos que pode acertar, como em um fenômeno de vestimenta da carapuça por bola de neve. Tais consequências têm relação direta com o grau de ofensividade, mistério ou curiosidade com que é apreendida por quem assim a identifica. Toda postagem pública²⁶ pode ser percebida como uma crítica a alguém que a intercepta, nesse caso, em caráter deslocado espaço-temporalmente, assim como previsto por Giddens (2000).

O mesmo vale para todo o tipo de lamentações ou demonstrações de engajamento a grupos de opinião. Por fim, a indireta se estabelece como o ritual de interação prototípico neste contexto, todo comportamento em forma de postagem se caracterizando como uma autodeclaração, uma ferramenta de delimitação entre o eu e o mundo. Se o porquê da publicação é uma questão recorrente entre os meus interlocutores usuários da rede social analisada, sobretudo aqueles que optam por um posicionamento pouco ativo neste sentido, a busca do sentido culmina em um processo quase neurótico de sobreposição de sentidos e possíveis carapuças.

A forma como o comportamento assumido é apreendido (ou pode ser, neste caso) chama atenção para os quadros através dos quais tal contexto de sociação é avaliado por seus usuários comuns. A relação entre a ação e a representação desta como indireta evidencia uma forma de atenção mútua que, desfocada²⁷ em princípio ou aparência, se caracteriza por conexões estabelecidas através de um foco de atenção (ao menos potencialmente) compartilhado. A ausência de fronteiras espaço temporais entre o ato e sua publicização, bem como de limites para o seu alcance, amplifica seus possíveis efeitos, demonstrando a potencialidade deste contexto de sociabilidade.

Goffman destaca que “quando uma pessoa começa um encontro mediado ou imediato ela já está em algum tipo de relação social com os outros em questão, e espera estar numa dada relação com eles quando este encontro em particular terminar” (2011, p. 46). Tal fenômeno, do ponto de vista do autor, é um demonstrativo da inegável relação entre os contatos sociais experimentados e a sociedade mais ampla, ou os referenciais que extravasam a situação. Finalmente, em situações marcadas pela proeminência de uma cultura subjetiva, o encerramento do encontro representa apenas uma dramatização do afastamento. A autonomização entre os *eus* especiais colocados em jogo no momento da interação e os *eus* totais que integram a sua imagem efetivada perante aos outros está dada no estabelecimento das suas reputações públicas. Lembrando se tratarem esses de contextos suprassituacionais, o reconhecimento da individualidade da existência desses atores é um fenômeno imediato ao conhecimento, bem como relativamente autônomo com relação à manutenção da interação.

Assim como num contexto pequeno urbano, estar *off line* ou não se posicionar publicamente não implica necessariamente na ausência ou na negação da interação, sendo igualmente uma modalidade de ação. Tal autonomia ao mesmo tempo apresenta um caráter apenas relativo. Tais emanações dos *eus* em interação são caracterizadas por processos contínuos de construção, tão dinâmicos quanto as relações que estabelecem, os comportamentos que apresentam ou as cadeias de reputação às quais estão conectados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos marcados pela proeminência de a cultura subjetiva os atores em copresença são apenas os elos de uma rede de relações mais ampla, estes vínculos sendo igualmente capazes de potencializar os comportamentos e contribuindo para a sua publicização. As repercussões de um

ato divulgado na internet são mais efetivas devido ao seu potencial de exposição pública seu caráter desterritorializado.

Em seu uso corrente, a categoria nativa *rede* tende a ser acionada em referência aos amigos que dado usuário possui em seu *Facebook* (aqueles que ele *adicionou* ou *aceitou*), sendo desconsiderado o fato de que este grupo de pessoas se constitui apenas como um elo entre eles e um conjunto maior de conexões: a *Rede* propriamente dita. Este deslocamento, por outro lado, acaba por potencialmente provocar desníveis entre a avaliação da situação por parte dos atores, os comportamentos apresentados com base nesse referencial e a sua adequação à(s) situação(ões) na(s) forma(s) como ela(s) é definida objetivamente: seu caráter público.

Os pressupostos subjetivos que caracterizam os espaços públicos marcados pela proeminência de uma cultura subjetiva podem remeter a uma percepção superficial destes contextos como espaços privados de socialização. Tal dedução, por outro lado, nos levaria a uma falácia equivalente àquela que relaciona o caráter público de um espaço com o pressuposto da impessoalidade como marca das formas de socialização que encerra. A definição dos modos de conduta em um dado espaço público se dá a partir das formas através das quais os atores que nele circulam dele se apropriam. Seja ao pressupor que não têm controle sobre o alcance das suas ações ou ao agir pautados em um mútuo conhecimento, os usuários do *Facebook* chamam atenção para a centralidade da individualidade das suas existências ao se inserirem em tais situações sociais.

Procurou-se aqui demonstrar que os modos de conduta apresentados nestas ocasiões são marcados por diferentes gradações de proximidade ou distanciamento entre atores em copresença, mesmo que mediada por computador, produzindo efeitos diversos. A definição dessas situações é pautada em uma lógica de efetivação das ações construída através do próprio processo de socialização. Podem se estabelecer nos meandros de espaços abertos e de circulação, contrariando a sua pressuposta constituição lógica, mas se constituem em modos de conduta marcados por performances exibicionistas em essência, em um tipo de copresença marcada pela discriminação mútua. O seu caráter suprassituacional é demonstrado através da autonomização destes conteúdos, eles mesmos objetos constantes de ressignificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANC, Manuela. Os famosos todos nós: Uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno-urbano. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p.1-25, jan.-abr. 2017a.
- _____. O pequeno-urbano e a recursividade do agir em um regime de familiaridade. *Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar. 2017b.
- _____. *A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DICIONÁRIO ONLINE CALDAS AULETE. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/indireta>>. Acesso em: maio 2014.
- FELINTO, Erick. Tecnognose: tecnologias do virtual, identidade e imaginação espiritual. *FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, n. 18, p.15-25, 2002.
- GARFINKEL, Harold. *Studios en Etnometodología*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Ed. Global, 1986. p. 237-365
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- _____. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1998.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HUGHES, Everett Cherrington. *Men and their Work*. Glencoe: Free Press, 1958.
- KOZINETES, Robert V. The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities. *Journal of Marketing Research*, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002.
- LÉVY, Pierre. *O Que é Virtual?* Rio: Ed. 34, 1996.
- _____. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MEAD, George H. A brincadeira, o jogo e o outro generalizado. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 5, n. 1, jan./jul., 2010.
- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SIBILIA, Paula. *O Show do Eu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- THOMAS, William I. The Definition of the Situation. In: _____. *The Unadjusted Girl*. New York: Little, Brown & Co, 1923.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Em referência à expressão de Simmel em sua caracterização da experiência citadina, ao definir as grandes cidades como dotadas de um espírito impessoal, porque contexto de proeminência de uma cultura objetiva. Observamos nas definições dos espaços públicos, mobilizadas décadas depois, a reprodução deste mesmo pressuposto lógico aqui colocado em questão.
- ² Aparelhagem simbólica de sustentação da representação de si, por um ator, em determinado contexto de interação (GOFFMAN, 2001).
- ³ Nos termos de George Mead (2010) é como outro generalizado que a comunidade exerce controle sobre a conduta dos seus membros, inferindo sobre seu pensamento e agenciamento, essa se apresentando como a comunidade organizada ou grupo social com relação ao qual este deverá se engajar socialmente. Constituída a partir de conexões individualizadas, usuário com usuário, a rede social remete a interações por proximidade, também potencializadas pelas operações logarítmicas que impulsionam interações entre aqueles que demonstram interesse mútuo nesse espaço (interagindo através de mensagens, curtidas ou comentários).
- ⁴ Refiro-me às categorias de classificação básicas oferecidas pelo site.
- ⁵ Categoria nativa que se refere à tecla Print Screen, o termo significa copiar a imagem da tela do computador, permitindo que essa seja salva como arquivo de imagem.
- ⁶ Fenômeno de desengate, segundo a definição de Pierre Lévy (1996).
- ⁷ Tal fenômeno já foi apontado por Manuel Castells através da noção de tempo intemporal, percebida como *forma dominante emergente do tempo social na sociedade em rede, porque o espaço de fluxos não anula a existência de lugares* (1999, p. 461). Destaco, por outro lado, que tal tendência de deslocamento espaço-tempo se dá em contextos de proeminência de uma cultura subjetiva devido ao seu caráter e não como consequência de transformações nas formas de vida (BLANC, 2017b). A centralidade de tal fenômeno se refere menos nestes casos a uma ausência de marcadores temporais do que o dinamismo com que transcorre o fluxo de informações.
- ⁸ O fenômeno se define pela perda do senso de realidade, fundamental para a organização social. Incompetente na tarefa de definir a situação na qual se insere, o envolvimento do indivíduo na interação pode apresentar desvios de comportamento, como deslocamento do foco da sua atenção, preocupação com elementos que não estão associados ao tema em questão, entre

outros, perdendo assim a sua capacidade de manter seu envolvimento espontâneo, o que gera desconforto (GOFFMAN, 2011).

- ⁹ A categoria nativa utilizada em referência à *rede direta* de relações estabelecidas pelos seus usuários, o grupo de pessoas individualmente adicionadas pelo dono de um perfil na rede social.
- ¹⁰ Através de ações de diferentes ordens, que tornam sua presença no Facebook visível.
- ¹¹ Entendido como possibilidade de circulação por diferentes ordens morais (HANNERZ, 2015)
- ¹² Páginas falsas, que se apresentam como perfis de pessoas reais, mas não se efetivam enquanto tais, sendo objeto de desconfiança dada, sobretudo, no não reconhecimento do seu portador, além de indícios de inveracidade.
- ¹³ Que exhibe, portanto, ações direcionadas a ele, por mais que ele não tenha participado diretamente delas. Uma das configurações de privacidade permite ao usuário restringir tais informações passivas, impedindo que demais usuários publiquem diretamente ou indiretamente nos seus perfis: por meio de mensagens ou as marcações em postagens sem a sua permissão. Essa configuração limita as ações dos demais usuários com relação a um perfil no que se refere a sua inserção na linha do tempo deste perfil, mas não impede que tal ação seja realizada no perfil daquele que a empreende, relacionando o usuário passivo indiretamente a ela.
- ¹⁴ A noção de carreira foi desenvolvida por Everett Hughes (1958) em um estudo sobre ocupações profissionais, a sua construção pressupondo o desenvolvimento de competências segundo um sistema valorativo inerente a determinado ramo profissional. Posteriormente, a noção de carreira moral foi aplicada por Goffman (1998) à análise do processo de estigmatização, referindo-se aos ajustamentos vivenciados por certos sujeitos com relação à identidade deteriorada que lhes é socialmente imputada. Sugere-se aqui que os conceitos de si simbolizados através dos perfis na rede social é igualmente uma construção moralmente demarcada ao longo do tempo e dos comportamentos assumidos por seu fundador.
- ¹⁵ Definição objetiva, dada pelo próprio software social, refere-se a um cadastro pessoal que irrestrito, livre do uso de recursos de privacidade.
- ¹⁶ Leigo quanto a sua condição real de exposição pública e o funcionamento das ferramentas de privacidade oferecidas pelo site.
- ¹⁷ Entendendo a vida social como um permanente processo de negociação da realidade, William Thomas (1923) parte do princípio de que qualquer ação decorre de um entendimento de cada indivíduo envolvido quanto a linha de ação a ser seguida, entre as possibilidades disponíveis. Uma situação se define, portanto, enquanto processo social situado. Na Teoria dos Quadros, por outro lado, Goffman (2012) destaca que os atores não definem as situações, mas a avaliam com base no conjunto de informações que lhes estão disponíveis e segundo o quadro da experiência social em que se inserem.
- ¹⁸ Tendência esta exemplificada por relatos do tipo *Eu não vejo as suas postagens*, ou *eu não vejo as postagens de fulano*. Em partes este deslocamento entre as atividades de um amigo de *Facebook* e o destaque conferido ou não a elas no mural de um de seus amigos é consequência da dinâmica de classificação de amigos (a qual explícito superficialmente em breve) realizada pelos emissores das próprias mensagens, em partes pela dinâmica classificação de notificações realizada pelo próprio site, que tende a conferir destaque a postagens entre amigos que interagem mais, dentre outros critérios.
- ¹⁹ A interação via Facebook é aqui analisada como um contato mediado pela interface comunicativa propiciada pela mídia digital, não sendo, portanto, menos real do que as formas imediatas de interação. Castells (1999) também aponta para a emergência desta que ele denomina uma *cultura da virtualidade real* dado pelo processo de mediação tecnológica. Da mesma forma, Pierre Lévy (1996, 1998) contribui para a crítica da suposta virtualidade destas formas e sociação, mas apreendendo estes contextos como dotados de uma capacidade de atualização e, portanto, ainda marcado por uma potência de concretização, implica em uma dinâmica de forças, portanto, matriz criativa, e não criação propriamente dita.
- ²⁰ Classificação esta que incidirá sobre a rede indireta à qual tais contatos se conectam.
- ²¹ Processo este que ocorre por meio de convites entre usuários e a sua devida aceitação.

-
- ²² Apropriação literal do termo em inglês *perseguir*, refere-se enquanto categoria nativa ao ato de acompanhar as postagens de alguém. Usuária intensa da rede social há pelo menos quatro anos, eu nunca havia ouvido falar neste termo até questionar meus interlocutores quanto à expressão mais adequada para simbolizar tal prática (conhecida no twitter como *seguir*). Esta experiência, empreendida no contexto público de sociação (através de uma postagem-questionário) me possibilitou identificar a polissemia dos termos vigentes entre os usuários membros diretos da minha rede de relações. Muitos mencionaram jamais ter escutado a expressão, defendida por outros como *taken for granted*. Tal experiência, finalmente, é demonstrativa da diversidade de formas e possíveis significados coexistentes na Rede, para o simplismo em se pensar tal contexto em termos gerais no que se refere “A” forma social a que se refere. A Rede é, sobretudo, um contexto cognitivo, mas cujas reapropriações são tão diversas quanto os conteúdos que nele podem emergir.
- ²³ Em referencia ao conceito de Harold Garfinkel (2006), que percebe a realidade social como uma construção dinâmica dos atores em relação. Desta forma, as expressões indexicais e as ações indexicais têm por propriedade serem ordenadas processualmente e continuamente. Tanto como processo quanto como realização, a racionalidade produzida nas expressões indexicais revela segundo o autor as tarefas práticas que são sujeitas a todas as exigências de uma conduta organizacionalmente situada. Entende-se indexicais por autorreferidas, ou referidas a um contexto dialógico específico, em contraposição a um aparato normativizado em torno de comportamentos, significados, etc
- ²⁴ Refiro-me ao sujeito ordinário partindo do pressuposto de que a fama em si se constrói a partir do reconhecimento público de um conceito de pessoa: as “pessoas públicas”. *Perfis* de pessoas públicas, portanto, constroem conceitos sobre conceitos, em um processo um pouco diferenciado dado que o caráter suprassituacional de tais identidades implica em condições suprassituacionais de inserção na situação tão generalizadas quanto o alcance da própria fama (vide BLANC, 2013). Os meus interlocutores pequenos-urbanos, desta forma, notórios em seu cotidiano (vide BLANC, 2017a), inserem-se no Facebook como famosos de um público restrito, experimentando ao mesmo tempo a sensação de ordinariedade perante o resto do mundo (sensivelmente estranhada por eles ao cruzar as fronteiras para além dos limites de suas reputações) e a expansão de suas carreiras individuais em seu mundo imediato.
- ²⁵ Expressão popular utilizada em referência ao ato de assumir para si a recepção de uma indireta. Aquele que veste a carapuça (espécie de capuz) compreende que a mensagem lhe foi direcionada. No dito popular *vestir a carapuça* representa, finalmente, assumir a culpa por algo, já que a aceitação de um dado comentário ou crítica indireta seria uma evidência de que o sujeito está (ou sente-se) em falta com aquele que a proferiu.
- ²⁶ Público aqui definido a partir de Gabriel Tarde (1992), como um espaço de coesão mental entre indivíduos fisicamente separados.
- ²⁷ Goffman (2011) define a atenção desfocada como aquela em que, em presença visual e auditiva uns dos outros, os indivíduos cuidam de suas próprias vidas sem estarem ligados por um foco de atenção compartilhado.